

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.531 - SP (2019/0260077-6)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : QANTAS AIRWAYS LIMITED
OUTRO NOME : QUEESLAND AND NORTHERN TERRITORY AERIAL SERVICES LTD
ADVOGADOS : CARLOS GERALDO EGYDIO RAMEH - SP101939
LARISSA REGINA SOUZA PAGANELLI TORELLI - SP310864
AGRAVADO : CICERO JOSE FREIRE
AGRAVADO : MARIA DAS DORES GUEDES COSTA
AGRAVADO : PAULO VINICIUS FARIA
AGRAVADO : PRISCILA ALVES DA SILVA
ADVOGADO : LÉO ROSENBAUM - SP176029

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por QANTAS AIRWAYS LIMITED contra a decisão da Presidência do Superior Tribunal de Justiça que não conheceu do agravo em recurso especial em virtude da falta de impugnação específica dos fundamentos da decisão atacada.

A agravante afirma que, no agravo em recurso especial, impugnou todos os fundamentos, inclusive a aplicação do óbice da Súmula nº 7/STJ.

Impugnação às fls. 313/331 (e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

Considerando a manifestação da recorrente, faz-se imperiosa a reconsideração da decisão de fls. 300/301 (e-STJ) e passa-se ao exame do agravo em recurso especial interposto por QANTAS AIRWAYS LIMITED contra a decisão que negou seguimento ao recurso especial.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, verifica-se que o recurso especial (fls. 218/233, e-STJ), fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"RECURSO - Apelação - Transporte aéreo internacional - Atraso de voo com a perda de conexões e extravio temporário de bagagem - 'Ação de indenização por danos morais' - Insurgência contra a r. sentença que julgou improcedente a demanda - Admissibilidade parcial - Aplicação das regras do CDC - Entendimento firmado no julgamento do REExtra nº 636.331 RJ, cadastrado sob o Tema 210 do STF, que autoriza a aplicação das regras da Convenção de Montreal, em relação às indenizações por danos materiais, decorrentes da viagem em si - Incontroverso atraso de voo que ensejou a perda dos voos de conexão, causando atraso total de 19 (dezenove) horas, além do extravio temporário de bagagem -

Companhia aérea que responde pelos serviços deficientemente prestados, ainda que tenha tentado amenizar os danos causados - Aplicação dos artigos 737 do CC e 14 'caput' do CDC - Dano moral configurado - Verba indenizatória fixada em R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em respeito aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade para o caso concreto - Sentença reformada - Ação julgada procedente - Condenação da ré ao pagamento das verbas sucumbenciais - Recurso parcialmente provido" (fls. 203/204, e-STJ).

No especial, a recorrente aponta violação do art. 19 da Convenção de Montreal, argumentando, em síntese, que o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento de aplicação subsidiária das normas consumeristas em face das regras da Convenção, devendo ser afastada a aplicação ao caso da responsabilidade objetiva prevista no art. 14 do Código de Defesa do Consumidor.

Sustenta, ainda, a ausência de demonstração do dano moral, visto que todas as assistências necessárias e possíveis foram prestadas pela empresa recorrente.

Afirma, por fim, a necessidade de adequação da verba indenizatória a patamares razoáveis e proporcionais.

Apresentadas contrarrazões às fls. 238/255 (e-STJ).

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

O tribunal de origem, com base no acervo fático-probatório dos autos, concluiu pela existência de dano moral e fixou a indenização no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para os autores CÍCERO e MARIA, e em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para PAULO e PRISCILA, destacando a seguinte fundamentação:

"(...)

De plano, é oportuno consignar que, não restam dúvidas de que ao presente caso são aplicáveis as regras do Código de Defesa do Consumidor, posto ser a apelada fornecedora dos serviços contratados pelos apelantes, na qualidade de consumidores finais.

*Isso porque, conforme bem esclareceu a nobre magistrada de primeiro grau, apesar de o Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso repetitivo, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 636331 RJ, cadastrado sob o Tema 210, com repercussão geral, ter reconhecido a aplicação da regras previstas na Convenção de Montreal em demandas relativas a transporte aéreo internacional, **referida aplicação ficou adstrita às indenizações por danos materiais decorrentes da viagem em si, não se aplicando em relação ao danos morais** relativos ao atraso e cancelamento de voo, bem como pelo extravio temporário de bagagens, em que **continuam sendo aplicáveis as regras do Código de Defesa do Consumidor.***

(...)

Dessa forma, restou evidente a existência de falha na prestação dos serviços da companhia aérea apelada, que diante do atraso do voo de retorno de Sidney para Melbourne, previsto para o dia 09/01/2018 às 17:30h, ensejou a perda dos voos de conexão, com atraso total na viagem de retorno, de aproximadamente 19 (dezenove) horas, além do extravio temporário de bagagem.

Assim, respeitado o entendimento da nobre magistrada de primeiro grau, embora a apelada tenha informado que o atraso se deu por razões climáticas, e que providenciou a acomodação dos apelantes em hotel e reacomodação em outros voos, a fim de amenizar os transtornos sofridos, referidas providências não são suficientes para afastar a responsabilidade da apelada pelos danos causados aos apelantes.

Isso porque, o atraso total de aproximadamente 19 (dezenove) horas no voo de retorno dos apelantes, além do extravio temporário de bagagem, não causa meros aborrecimentos, mas sim efetivo dano moral 'in re ipsa', que não pode ser afastado em razão de eventual caso fortuito ou força maior, eis que as condições climáticas no aeroporto constitui fato previsível e que poderia ser melhor administrado pela apelada, a fim de não causar a perda dos voos de conexão, restando configurada a existência de fortuito interno.

(...)

Portanto, tendo em vista que a responsabilidade da Companhia Aérea é objetiva, nos termos do artigo 14 'caput' do CDC, não é possível aplicar a excludente de responsabilidade por caso fortuito ou força maior, até porque o eventual atraso em razão de problemas climáticos constitui fato previsível, que poderia ser melhor administrado, configurando fortuito interno, que não pode eximir a responsabilidade da apelada pelos danos causados, em razão do atraso de 19 (dezenove) horas, além do extravio temporário de bagagem.

Ademais, os transtornos advindos da falha na prestação do serviço ultrapassaram os meros dissabores ou aborrecimentos, configurando efetivo dano moral 'in re ipsa', que não pode ser afastado pelo fato de a apelada ter providenciado assistência aos apelantes, que constitui obrigação prevista na Resolução nº 141/2010 da ANAC.

(...)

Dessa forma, é evidente a responsabilidade objetiva da transportadora aérea apelada, com fulcro na teoria do risco profissional, restando configurado o dever de indenizar os apelantes pelos transtornos sofridos em razão do atraso total de 19 (dezenove) horas, bem como do extravio temporário de bagagem.

Por sua vez, para a fixação do 'quantum' a ser indenizado, há de se socorrer às regras contidas no Código Civil, levando-se em conta o sofrimento dos apelantes e sua intensidade; a gravidade da ofensa e sua repercussão; a intensidade do dolo; a situação econômica da apelada e a intimidação desta, para desestimular novas ofensas, nos termos do artigo 944 do Código Civil.

Além disso, a verba indenizatória deve observar o princípio da razoabilidade, não podendo, de forma alguma, a reparação ser

causadora de um enriquecimento sem causa, nem se mostrar insignificante em razão do porte econômico das partes.

Sendo assim, considerando o grau de culpa da Companhia Aérea apelada, o porte econômico das partes, a gravidade do evento, assim como os critérios de prudência, razoabilidade e proporcionalidade, o 'quantum' deve ser fixado em R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para cada um dos apelantes CÍCERO e MARIA, e em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada um dos apelantes PAULO e PRISCILA (que tiveram suas bagagens temporariamente extraviadas), quantia que está em consonância com a jurisprudência, sendo suficiente para desestimular a ofensora a repetir o ato, e não causa enriquecimento ilícito aos apelantes" (fls. 206/210, e-STJ, grifou-se).

De início, verifica-se que a revisão das conclusões do aresto impugnado, acerca da existência de dano moral, demandaria o reexame ao acervo fático-probatório, o que é inviável em recurso especial, nos termos da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

No que tange ao valor da indenização, o Superior Tribunal de Justiça, afastando a incidência da Súmula nº 7/STJ, tem reexaminado o montante fixado pelas instâncias ordinárias apenas quando irrisório ou abusivo, circunstâncias inexistentes no presente caso, em que arbitrada a reparação nos valores de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para os autores CÍCERO e MARIA, e em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para PAULO e PRISCILA.

Referida quantia não destoa dos parâmetros adotados por esta Corte, consoante se colhe dos seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. EXAME DE MATÉRIA DE MÉRITO. POSSIBILIDADE. TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. VENDA EXCESSIVA DE ASSENTOS (OVERBOOKING). IMPEDIMENTO DE EMBARQUE DE PASSAGEIRO. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. SÚMULA N. 83/STJ. DANO MORAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE. (...)

2. A responsabilidade civil das companhias aéreas em decorrência da má prestação de serviços, após a entrada em vigor do Código de Defesa do Consumidor, subordina-se a suas disposições em face da nítida relação de consumo entre as partes.

3. Não se conhece do recurso especial pela divergência quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.

4. Aplica-se a Súmula n. 7 do STJ se o acolhimento da tese defendida no recurso especial reclamar a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda.

5. A revisão de indenização por danos morais só é viável em recurso especial quando o valor fixado nas instâncias locais for exorbitante ou ínfimo. Salvo essas hipóteses, incide a Súmula n. 7 do STJ, impedindo o

conhecimento do recurso.

6. *Tratando-se de danos morais, é incabível a análise do recurso com base na divergência pretoriana, pois, ainda que haja grande semelhança nas características externas e objetivas, no aspecto subjetivo, os acórdãos são distintos.*

7. *Agravo regimental desprovido*" (AgRg no AREsp 737.635/PE, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe 03/11/2015 - Indenização por dano moral: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para cada um dos agravados).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL. ATRASO DE VOO. DANO MORAL CONFIGURADO. REEXAME DA CONCLUSÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. *No caso, como se vê das premissas traçadas pelo acórdão impugnado, ficaram comprovados os transtornos de ordem moral aos recorridos, caracterizando o dever de indenizar. Desse modo, a inversão de entendimento, para fins de se acolher a tese lançada pela agravante, importa, inexoravelmente, no revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pelo enunciado n. 7 da Súmula desta Corte Superior. Precedentes.*

2. *Agravo regimental improvido*" (AgRg no AREsp 826.205/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 28/04/2016 - Indenização por dano moral: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), para cada autor).

Por fim, a respeito da tese de limitação dos danos morais aos parâmetros previstos em tratados internacionais, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário n. 636.331/RJ, sob o regime da repercussão geral, fixou a seguinte tese: "*Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor*".

A título ilustrativo, confira-se a ementa do referido julgado:

"Recurso extraordinário com repercussão geral. 2. Extravio de bagagem. Dano material. Limitação. Antinomia. Convenção de Varsóvia. Código de Defesa do Consumidor. 3. Julgamento de mérito. É aplicável o limite indenizatório estabelecido na Convenção de Varsóvia e demais acordos internacionais subscritos pelo Brasil, em relação às condenações por dano material decorrente de extravio de bagagem, em voos internacionais. 5. Repercussão geral. Tema 210. Fixação da tese: 'Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor'. 6. Caso concreto. Acórdão que aplicou o Código de Defesa do Consumidor.

Indenização superior ao limite previsto no art. 22 da Convenção de Varsóvia, com as modificações efetuadas pelos acordos internacionais posteriores. Decisão recorrida reformada, para reduzir o valor da condenação por danos materiais, limitando-o ao patamar estabelecido na legislação internacional. 7. Recurso a que se dá provimento" (RE 636.331/RJ, Rel. Ministro GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 25.05.2017, DJe-257, Divulg 10.11.2017 - grifou-se).

Com efeito, ficou assentada apenas a prevalência das Convenções de Varsóvia e Montreal e demais acordos internacionais subscritos pelo Brasil em relação ao Código de Defesa do Consumidor, nas condenações por danos materiais decorrentes de extravio de bagagem em voos internacionais, não se aplicando a tese para as indenizações por danos morais.

A propósito, citam-se os precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. EXTRAVIO DE BAGAGEM. TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL. DANOS MATERIAIS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. CONVENÇÃO DE VARSÓVIA. INCIDÊNCIA. TESE FIXADA EM REPERCUSSÃO GERAL. LIMITAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. JUÍZO DE RETRATAÇÃO.

1. Acórdão submetido ao juízo de retratação previsto no art. 543-B, § 3º, do CPC/1973 (art. 1.040, II, do CPC/2015).

(...).

3. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 636.331/RJ, sob o regime da repercussão geral, fixou a seguinte tese: 'Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor'.

4. Rever as conclusões do Tribunal de origem quanto à responsabilidade da companhia aérea pelos danos decorrentes do extravio de bagagem demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, procedimento obstando pelo disposto na Súmula nº 7/STJ.

5. Na hipótese, o acórdão anteriormente proferido pela Terceira Turma não se coaduna com a tese firmada em repercussão geral, sendo necessária a retratação apenas para determinar que a indenização observe os limites previstos na Convenção de Varsóvia.

6. Agravo regimental parcialmente provido" (AgRg no REsp 254.561/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 12.02.2019 - grifou-se).

"RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. EXTRAVIO DE BAGAGEM. TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL. DANOS MATERIAIS RECONHECIDOS. LIMITES DA RESPONSABILIDADE CIVIL. CONVENÇÃO DE MONTREAL. REGIME DE INDENIZAÇÃO TARIFADA. INCIDÊNCIA. TESE FIXADA EM REPERCUSSÃO

GERAL. AÇÃO REGRESSIVA. SEGURADORA CONTRA O CAUSADOR DO DANO. SUB-ROGAÇÃO NOS DIREITOS DO SEGURADO. SÚMULA Nº 188/STF. INDENIZAÇÃO PAGA DIRETAMENTE PELA COMPANHIA AÉREA. CRÉDITO REMANESCENTE. INEXISTÊNCIA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 636.331/RJ, sob o regime da repercussão geral, consolidou o entendimento de que, 'nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor'. Diante da tese fixada pelo STF, é necessária a reorientação da jurisprudência anteriormente consolidada nesta Corte Superior.

3. Consoante o entendimento pacífico do STJ, ao efetuar o pagamento da indenização ao passageiro/segurado em decorrência de danos materiais causados pela companhia aérea, a seguradora sub-roga-se nos direitos que competirem ao segurado contra o autor do dano, nos limites desses direitos. Incidência da Súmula nº 188/STF.

4. No caso dos autos, a incidência do regime de indenização tarifada previsto na Convenção de Montreal implica a ausência de direito à complementação reparatória acima dos valores previstos na norma internacional.

5. Na hipótese em que restou comprovado que a companhia aérea pagou diretamente à passageira indenização correspondente ao previsto na Convenção de Montreal, inexistente direito de regresso da seguradora pelo que pagou a mais à segurada por mera liberalidade.

6. Recurso especial não provido. (REsp 1.707.876/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 18.12.2017 - grifou-se).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MATERIAIS. TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL. EXTRAVIO DE CARGA. INCIDÊNCIA DO CDC. JULGAMENTO DO RE N. 636.331/RJ PELO STF. PREVALÊNCIA DAS CONVENÇÕES DE VARSÓVIA E DE MONTREAL. INDENIZAÇÃO TARIFADA ACOLHIDA. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.040, II, DO CPC/2015 (ART. 543-B, § 3º, DO CPC/1973). DECISÃO REFORMADA.

1. O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário n. 636.331/RJ, no regime da repercussão geral, fixou a seguinte tese: 'Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor.' Acórdão reformado, em juízo de retratação (art. 1.040, II, do CPC/2015).

2. Acórdão submetido ao juízo de retratação previsto no art. 1.040, II, do

CPC/2015 (art. 543-B, § 3º, do CPC/1973), para se afastar a incidência do CDC.

NOVO EXAME DO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO E AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. SÚMULA N. 284 DO STF. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283/STF.

1. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, impede o conhecimento do especial (Súmula n. 284/STF).

2. Interposto o recurso especial com base na alínea "c" do permissivo constitucional, necessária a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem as situações confrontadas, a fim de se demonstrar a divergência jurisprudencial, o que não ocorreu no caso em análise.

3. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF.

4. Após reexame, recurso especial não conhecido. (REsp 218.528/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 29.06.2018 - grifou-se).

Inviável, portanto, a tese de violação do artigo 19 da Convenção de Montreal. Ademais, estando o acórdão em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, incide, ao caso concreto, a inteligência da Súmula nº 568/STJ.

Ante o exposto, reconsiderando a decisão de fls. 300/301 (e-STJ), conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Na origem, os honorários advocatícios foram fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da condenação, os quais devem ser majorados para 17,5% (dezessete e meio por cento) em favor do advogado da parte recorrida, observada a assistência gratuita, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator